

**Demonstrações Contábeis
Regulatórias**

**ATE III Transmissora de Energia
S.A.**

CNPJ: 07.002.685/0001-54

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

ATE III Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório da Administração Regulatório	1
Relatório do auditor independente sobre às demonstrações contábeis regulatórias.....	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente.....	8
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	9
Demonstração do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	11

ATE III Transmissora de Energia S.A.
CNPJ no 07.002.685/0001-54

Relatório da Administração Regulatório

A Administração da ATE III Transmissora de Energia S.A. ("ATE III" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração regulatório em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, com o objetivo de divulgar o desempenho da Companhia para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

A Companhia

A ATE III é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa") e atua no segmento de transmissão de energia elétrica baseada no seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de sua existência. A ATE III atua na região Norte e responde por 0,44% da RAP da Rede Básica de transmissão do Brasil.

Concessionária privada do serviço público de transmissão de energia elétrica, a Companhia detém a concessão de linha de transmissão da Rede Básica que compreendem 4 subestações, conforme quadro a seguir:

Linha de Transmissão em Operação - Características Físicas						
	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capac. Transform. (MVA)	Início Operação Comercial	Venc. da Outorga
ATE III	Simplex e Duplo	500/230	454	1.350	23/05/2008	27/04/2036

Linha de Transmissão em Operação - Características Financeiras				
Linha de Transmissão	RAP - R\$ mil (*)	Ano de degraú da RAP	Mês Base Reajuste	Índice de Correção
ATE III	138.241	mar-23	Junho	IPCA

(*) RAP estabelecida pela resolução homologatória ANEEL nº 3.067 de 12 de julho de 2022.

Considerando a linha em operação, a RAP esperada é de R\$125.653 mil para 2023 (decréscimo de 19,93% em relação a 2022), conforme quadro a seguir:

RAP Esperada - em moeda constante de 31/12/2022							
Linha de Transmissão	2021 (*)	2022 (*)	2023	2024	2025	2026	2027
ATE III	146.993	156.921	125.653	91.910	91.910	91.910	91.910

(*) RAP realizada.

A Companhia é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa").

Desempenho Financeiro - R\$ mil	2022	2021
Receita operacional líquida	135.991	125.927
EBITDA	119.270	114.673
Margem EBITDA	87,70%	91,06%
Reconciliação do EBITDA		
Lucro líquido do exercício	79.832	84.093
Resultado financeiro	(4.228)	(3.528)
Imposto de renda e contribuição social	21.999	12.464
Depreciação	21.667	21.644
EBITDA	119.270	114.673

EBITDA - é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e dos custos e despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelo MCSE, não representa um fluxo de caixa para os exercícios apresentados, e não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, tampouco é indicador de desempenho. O EBITDA apresentado é utilizado pela Companhia para medir o seu próprio desempenho.

ATE III Transmissora de Energia S.A.
CNPJ no 07.002.685/0001-54

Governança Corporativa

A Taesa realiza atividades administrativas da ATE III e procura implantar na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões do Grupo.

Política de Qualidade

A ATE III, respaldada pela Alta Administração, manifesta seu compromisso com a qualidade, declarando como diretrizes globais da Companhia o completo atendimento dos requisitos do cliente, o comprometimento com a melhoria contínua e a excelência no sistema de gestão da qualidade, direcionadas à execução dos serviços de operação e manutenção de transmissão de energia elétrica.

Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia e com a opinião do auditor independente da Companhia expressa no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2022.

Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes LTDA para prestação de serviços de auditoria independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 pelo valor de R\$55 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa do seu auditor independente visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
ATE III Transmissora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da ATE III Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ATE III Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis regulatórias contidas no MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, que foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações financeiras societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separadamente, sem modificação, com data de 24 de março de 2023.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Informações comparativas – valores correspondentes

As demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório, em 29 de abril de 2022, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis regulatórias, contendo parágrafo de ênfase sobre a base para elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração Regulatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração Regulatório, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração Regulatório e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração Regulatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

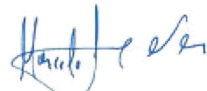
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2023


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ


Marcelo Salvador
Contador
CRC nº MG 089422/O-0

ATE III Transmissora de Energia S.A.
CNPJ no 07.002.685/0001-54

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Ativos			
<i>Ativos circulantes</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	106.142	35.654
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	5	11.573	12.541
Impostos e contribuições sociais correntes	9	2.954	4.464
Outras contas a receber		7.328	2.239
Outros ativos		3.985	4.020
Total dos ativos circulantes		131.982	58.918
<i>Ativos não circulantes</i>			
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	5	1.993	983
Depósitos judiciais		440	5.302
Outras contas a receber		3.466	2.809
Imobilizado	6	427.895	448.945
Intangível	6	4.687	4.657
Total dos ativos não circulantes		438.481	462.696
Total dos ativos		570.463	521.614
Passivos			
<i>Passivos circulantes</i>			
Fornecedores		1.098	1.106
Taxas regulamentares	8	5.181	4.701
Impostos e contribuições sociais correntes	9	10.782	9.569
Outras contas a pagar	7	2.825	2.931
Total dos passivos circulantes		19.886	18.307
<i>Passivos não circulantes</i>			
Impostos e contribuições sociais diferidos	10	66.069	53.594
Provisão para contingências	12	3.455	1.539
Outras contas a pagar		1.095	2.589
Total dos passivos não circulantes		70.619	57.722
Total dos passivos		90.505	76.029
<i>Patrimônio líquido</i>			
Capital social		303.500	303.500
Reserva de lucros		146.369	130.158
Dividendos adicionais propostos		22.986	21.478
Lucro (prejuízos acumulados)		7.103	(9.551)
Total do patrimônio líquido	13	479.958	445.585
Total dos passivos e do patrimônio líquido		570.463	521.614

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

ATE III Transmissora de Energia S.A.
CNPJ no 07.002.685/0001-54

Demonstração do resultado
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota expli- cativa	2022	2021
Disponibilização do sistema de transmissão		156.921	146.993
Parcela variável		(672)	(1.768)
Receita bruta		156.249	145.225
PIS e COFINS Corrente		(14.312)	(13.614)
ICMS		-	(52)
Quota para RGR, P&D, TFSEE		(5.946)	(5.632)
Tributos e encargos		(20.258)	(19.298)
Receita operacional líquida	18	135.991	125.927
<i>Custos operacionais</i>			
Pessoal		(6.236)	(3.323)
Material		(255)	(317)
Serviços de terceiros		(3.191)	(4.819)
Depreciação e amortização		(21.665)	(21.643)
Outros custos operacionais		(1.338)	(1.132)
	19	(32.685)	(31.234)
Lucro Bruto		103.306	94.693
<i>Despesas gerais e administrativas</i>			
Pessoal e administradores		(1.782)	(161)
Serviços de terceiros		(1.297)	(838)
Depreciação e amortização		(2)	(1)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(2.622)	(664)
	19	(5.703)	(1.664)
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e dos impostos e contribuições		97.603	93.029
Receitas financeiras		6.888	4.787
Despesas financeiras		(2.660)	(1.259)
Receitas financeiras líquidas	20	4.228	3.528
Lucro antes dos impostos e contribuições		101.831	96.557
Imposto de renda e contribuição social correntes		(13.666)	(7.194)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(8.333)	(5.270)
Imposto de renda e contribuição social	14	(21.999)	(12.464)
Lucro líquido do exercício		79.832	84.093
Lucro por ação			
Ação ordinária - básico e diluído (em R\$)	17	0,26304	0,27708
Ação preferencial - básico e diluído (em R\$)	17	0,26304	0,27708

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

ATE III Transmissora de Energia S.A.
CNPJ no 07.002.685/0001-54

**Demonstração do resultado abrangente
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)**

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	79.832	84.093
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	79.832	84.093

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

ATE III Transmissora de Energia S.A.
CNPJ nº 07.002.685/0001-54

Demonstração da mutação do patrimônio líquido
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Dividendos adicionais propostos	(Prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Incentivo fiscal			
Saldos em 31 de dezembro de 2020		448.500	-	106.350	-	(1.608)	553.242
Redução de capital		(145.000)	-	-	-	-	(145.000)
Dividendos Intercalares pagos		-	-	-	-	(46.750)	(46.750)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	84.093	84.093
Destinação do lucro líquido do exercício (societário):							
Reserva legal		-	4.602	-	-	(4.602)	-
Reserva de incentivo fiscal		-	-	19.206	-	(19.206)	-
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	21.478	(21.478)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	13	303.500	4.602	125.556	21.478	(9.551)	445.585
Aprovação dos dividendos adicionais		-	-	-	(21.478)	-	(21.478)
Dividendos intercalares pagos		-	-	-	-	(23.981)	(23.981)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	79.832	79.832
Destinação do lucro do exercício (societário):							
Reserva legal		-	3.159	-	-	(3.159)	-
Reserva de incentivo fiscal		-	-	13.052	-	(13.052)	-
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	22.986	(22.986)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	13	303.500	7.761	138.608	22.986	7.103	479.958

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**Demonstração do fluxo de caixa
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota expli- cativa	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado líquido do exercício		79.832	84.093
Ajustes para:			
Depreciação e amortização		21.667	21.644
Provisão (reversão) para riscos trabalhistas e cíveis	12	14	(16)
Imposto de renda e contribuição social correntes	9	13.666	7.194
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	8.333	5.270
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais		1.744	(1.982)
Despesas de atualização monetária de contingências	12	1.902	789
(Reversão) provisão de parcela variável		(40)	74
		<u>127.118</u>	<u>117.066</u>
Variações nos ativos e passivos:			
(Aumento) no contas a receber de concessionárias e permissionárias		(2)	(203)
(Aumento) nos impostos e contribuições sociais ativos, líquido dos passivos		(2.763)	(845)
Redução (aumento) nas outras contas a receber, depósitos judiciais e outros ativos		1.525	(4.636)
(Redução) no saldo de fornecedores		(7)	(319)
Aumento no saldo de taxas regulamentares		480	633
(Redução) aumento no saldo de outras contas a pagar		(1.602)	1.866
		<u>(2.369)</u>	<u>(3.504)</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		124.749	113.562
Imposto de renda e contribuição social pagos		(8.157)	(11.183)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		116.592	102.379
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
(Adições) baixa no imobilizado e intangível		(647)	2.113
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de investimento		(647)	2.113
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	11	(45.457)	(46.750)
Redução de capital		-	(145.000)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos		(45.457)	(191.750)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		70.488	(87.258)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	4	35.654	122.912
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	4	106.142	35.654
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		70.488	(87.258)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A ATE III Transmissora de Energia S.A. ("ATE III" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída no exercício de 2004, que tem por objeto social explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, a construção, a operação e a manutenção de instalações de transmissão, incluindo serviços de apoio e administrativos, necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e nos regulamentos em vigor.

A Companhia detém a concessão para construção, operação e manutenção das linhas de transmissão e subestação em 500 kV e 230 kV da interligação Norte-Sul III, trecho I, bem como das demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação e apoio, nos termos do Decreto de Outorga de Concessão, de 3 de abril de 2006, e do Contrato de Concessão nº 001/2006 firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em de 27 de abril de 2006, por um prazo de 30 anos. A construção da linha de transmissão foi iniciada em agosto de 2006 e concluída em maio de 2008.

A ATE III é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), e de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da resolução normativa nº 933, de 28 de maio de 2021. As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas pela Administração em 25 de abril de 2023.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias, uma vez que o MCSE especifica um tratamento ou divulgação alternativos para certos aspectos. As diferenças para as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias estão descritas na nota explicativa nº 24.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Avaliação de instrumentos financeiros - são utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

b) Impostos, contribuições e tributos - existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua, baseadas em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos - são registrados ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos à medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções elaboradas pela Administração. Essas projeções incluem hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

d) Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis - a Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos.

2.5. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

2.6. Sazonalidade

A Companhia não possui sazonalidade em suas operações.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis descritas a seguir vêm sendo aplicadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

3.1. IMOBILIZADO

Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Depreciação - itens do ativo imobilizado operacional e administrativo são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As taxas anuais de depreciação estão determinadas no Manual de Controle Patrimonial emitido por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015.

3.2. INTANGÍVEL

Reconhecimento e mensuração - registrado ao custo de aquisição ou construção. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Amortização - a amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A amortização do ágio é reconhecida no resultado baseando-se no prazo remanescente da concessão.

3.3. RECONHECIMENTO DE RECEITA

A receita de disponibilização do sistema de transmissão é reconhecida mensalmente na fase operacional, com base no valor da receita anual permitida - RAP. A Companhia realiza atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, que estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Desta forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição está, de inteira responsabilidade do ONS.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

3.4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment") - O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como VJR quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

3.5. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.6. SUBVENÇÃO E ASSISTÊNCIA GOVERNAMENTAIS

Visam compensar as despesas incorridas e são reconhecidas no resultado em uma base sistemática, no mesmo período em que as despesas relacionadas são incorridas. O reconhecimento contábil dessa redução ou isenção tributária como subvenção para investimento é efetuado registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, a serem demonstrados um deduzido do outro. Os valores registrados no resultado são destinados à reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido, na destinação do resultado do exercício.

3.7. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado, por meio do método de juros efetivos e atualização monetária de depósitos judiciais. As despesas financeiras abrangem juros sobre atualização monetária de provisões, e outros.

3.8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de competência das demonstrações contábeis regulatórias e qualquer ajuste aos impostos a pagar de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins fiscais. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

3.9. LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

3.10. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

a) Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 aplicáveis à Companhia:

Norma	Descrição da alteração
IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros	A alteração esclarece que ao aplicar o teste de '10%' para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte.
IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos	A alteração exclui o conceito de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros.
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	As alterações especificam que o 'custo de cumprimento' do contrato compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato).

A aplicação das normas referenciadas na tabela acima não impactou as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

b) Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 não aplicáveis à Companhia:

Norma	Descrição da alteração
Alterações no CPC 00: Referência à estrutura conceitual	Em 14 de maio de 2020, o IASB emitiu alterações à IFRS 3, correlacionado ao CPC 00. As alterações atualizam uma referência desatualizada à estrutura conceitual na IFRS 3 sem alterar significativamente os requisitos da norma.
Alterações à IAS 16/CPC 27 Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido	As emendas proíbem deduzir do custo de um item do ativo imobilizado quaisquer receitas provenientes da venda de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado.
IFRS 1/CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão.

c) Normas novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis:

Norma	Descrição da alteração
IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50)	A IFRS 17 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11).
Alterações à IFRS 10 - CPC 36 (R3)	Demonstrações Consolidadas e IAS 28 / CPC 18 (R2) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture.
IAS 1/ CPC 26 (R1): Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante e exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis.
Alterações à IAS 8	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) - Definição de Estimativas Contábeis.
Alterações à IAS 12	Tributos sobre o Lucro (CPC 32) - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Os diretores não esperam que a adoção das normas listadas acima tenha impacto relevante sobre as demonstrações contábeis regulatórias do Grupo em períodos futuros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	42	111
Aplicações financeiras	106.100	35.543
	106.142	35.654

Taxa de rentabilidade anual acumulada das aplicações financeiras	31/12/2022	31/12/2021
CDB	101,34% do CDI	101,07% do CDI

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2022	31/12/2021
Concessionárias e permissionárias	16.487	16.485
Parcela variável (*)	(2.921)	(2.961)
	13.566	13.524
Circulante	11.573	12.541
Não circulante	1.993	983

(*) Parcela variável em aberto ou em discussão (provisão) com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, decorrente dos desligamentos automáticos e programados, ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, será deduzida dos próximos recebimentos.

Composição do Contas a Receber	Valores Correntes					31/12/2022	31/12/2021
	Corrente a vencer	Corrente Vencida					
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	13.492	725	942	126	1.202	16.487	16.485

A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois no caso de não pagamento, a própria, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

- Principais características do contrato de concessão

RAP - A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Faturamento da receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, ao faturamento anual de operação, manutenção e implementação da infraestrutura, reajustado e revisado anualmente. A partir do 16º ano de operação comercial, o faturamento anual de operação, manutenção e implementação da infraestrutura da transmissora será de 50% do 15º estendendo-se, desta forma, até o término do prazo final da concessão.

Parcela variável - A receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e implementação da infraestrutura da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia, por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento prévio da transmissora.

Aspectos ambientais - A transmissora deverá implementar, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido, do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

Estrutura de formação da RAP - A Companhia é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL.

• Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL

Ciclo 2022-2023			Ciclo 2021-2022			Ciclo 2020-2021		
Resolução nº 3.067 de 12/07/2022			Resolução nº 2.959 de 13/07/2021 (*)			Resolução nº 2.725 de 14/07/2020		
Período: de 01/07/2022 a 30/06/2023			Período: de 01/07/2021 a 30/06/2022			Período: de 01/07/2020 a 30/06/2021		
RAP	Parcela de Ajuste	Total	RAP	Parcela de Ajuste	Total	RAP	Parcela de Ajuste	Total
144.196	(4.898)	139.298	138.241	(4.523)	133.718	127.711	(724)	126.987

(*) A Resolução Homologatória nº 2.959 de 05 de outubro de 2021 alterou a Resolução Homologatória nº 2.895 de 13 de julho de 2021.

ATE III Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 07.002.685/0001-54

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

6. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Imobilizado	Taxa média de depreciação	Valor Bruto				Depreciação acumulada				Valor líquido		
		31/12/2021	Adições	Baixas	Transfe-rência	31/12/2022	31/12/2021	Depreciação incorrida	Baixas	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Imobilizado em Serviço												
Transmissão												
Terrenos		195	-	-	-	195	-	-	-	-	195	195
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,37%	16.929	-	(130)	130	16.929	(6.322)	(570)	-	(6.892)	10.037	10.607
Máquinas e equipamentos	3,10%	675.194	-	-	41	675.235	(267.188)	(20.963)	-	(288.151)	387.084	408.006
Veículos		439	-	-	-	439	(439)	-	-	(439)	-	-
Outros	6,15%	47	-	-	18	65	(2)	(4)	-	(6)	59	45
Total Serviço		692.804	-	(130)	189	692.863	(273.951)	(21.537)	-	(295.488)	397.375	418.853
Administração												
Móveis ADM	0,00%	32	-	-	-	32	(1)	-	-	(1)	31	31
		32	-	-	-	32	(1)	-	-	(1)	31	31
		692.836	-	(130)	189	692.895	(273.952)	(21.537)	-	(295.489)	397.406	418.884
Ativo Imobilizado em Curso												
Transmissão												
Máquinas e equipamentos		11.417	934	-	(74)	12.277	-	-	-	-	12.277	11.417
Material em depósito		17.784	(342)	-	-	17.442	-	-	-	-	17.442	17.784
Outros		775	25	-	(115)	685	-	-	-	-	685	775
		29.976	617	-	(189)	30.404	-	-	-	-	30.404	29.976
Administrativo												
Móveis ADM		5	-	-	-	5	-	-	-	-	5	5
Máquinas e equipamentos ADM		80	-	-	-	80	-	-	-	-	80	80
		85	-	-	-	85	-	-	-	-	85	85
Total Curso		30.061	617	-	(189)	30.489	-	-	-	-	30.489	30.061
Total do Ativo Imobilizado		722.897	617	(130)	-	723.384	(273.952)	(21.537)	-	(295.489)	427.895	448.945

Intangível	Taxa média de amortização	Valor Bruto				Amortização acumulada				Valor líquido		
		31/12/2021	Adições	Baixas	Transfe-rência	31/12/2022	31/12/2021	Amortização incorrida	Baixas	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Intangível em Serviço												
Transmissão												
Servidões		4.465	-	-	-	4.465	-	-	-	-	4.465	4.465
Softwares	9,72%	669	-	-	-	669	(580)	(65)	-	(645)	24	89
		5.134	-	-	-	5.134	(580)	(65)	-	(645)	4.489	4.554
Ativo Intangível em Curso												
Transmissão												
Servidões		98	95	-	-	193	-	-	-	-	193	98
		98	95	-	-	193	-	-	-	-	193	98
Administração												
Servidões		5	-	-	-	5	-	-	-	-	5	5
		103	95	-	-	198	-	-	-	-	198	103
Total do Ativo Intangível		5.232	95	-	-	5.332	(580)	(65)	-	(645)	4.687	4.657

ATE III Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 07.002.685/0001-54

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Taxas anuais médias de depreciação	2022			2021
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado e intangível					
Em serviço					
Transmissão	42,43%	697.997	(296.133)	401.864	423.407
Administração	3,13%	32	(1)	31	31
		698.029	(296.134)	401.895	423.438
Em curso - Transmissão					
Transmissão		30.597	-	30.597	30.074
Administração		90	-	90	90
		30.687	-	30.687	30.164
Total do imobilizado e intangível		728.716	(296.134)	432.582	453.602

Composição das adições do imobilizado por tipo de gasto capitalizado	Material / Equipamentos	Outros Gastos	Total
Materiais em depósito	-	-	-
Máquinas e equipamentos	934	-	934
Outras adições	-	95	95
Total das adições do imobilizado em curso	934	95	1.029

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

7. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31/12/2022	31/12/2021
Folha de pagamento	511	548
Compensação Ambiental	384	384
Partes relacionadas (vide nota explicativa 13)	612	719
Outros	1.318	1.280
Passivo circulante	2.825	2.931

8. TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2022	31/12/2021
Reserva global de reversão – RGR	348	364
Taxa de fiscalização – TFSEE	247	245
Pesquisa e desenvolvimento (FNDCT, MME, e Projetos de P&D)	4.586	4.092
	5.181	4.701

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL a compensar	733	2.932
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, CSLL, PIS e COFINS - Lei nº 10.833/03	483	483
Outros	1.738	1.049
Ativo circulante	2.954	4.464
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	8.293	5.488
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	1.323	2.949
INSS, FGTS, ISS e ICMS	913	1.081
Outros	253	51
Passivo circulante	10.782	9.569

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

O detalhamento dos créditos fiscais incidentes sobre os valores que constituem diferenças temporárias e prejuízos fiscais, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias (a)	4.094	4.391
IRPJ sobre prejuízos fiscais	-	4.389
	4.094	8.780
Passivo		
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias (a)	(70.163)	(62.374)
Efeito líquido no balanço		
Passivo - IRPJ e CSLL	(66.069)	(53.594)

(a) Referem-se basicamente às diferenças temporárias sobre provisões de rateio de antecipação - parcela de ajuste.

Expectativa de realização do IRPJ e CSLL diferidos ativos	2023	2024	2025	TOTAL
Diferenças temporárias	2.508	1.194	392	4.094

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

11. PARTES RELACIONADAS

I - Outras Contas a Receber – OCR, Outras Contas a Pagar – OCP e Contas a Receber de Concessionárias e Permissionárias – CRCP:

a) Ativos e receitas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes
Transações com a controladora					
1	OCR x Disponibilidades - reembolso de despesas – TAESA	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.
Transações com empresas ligadas					
2	OCR x - reembolso de despesas – Ananai	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.
3	CRCP x receitas - Contrato de prestação de serviço de transmissão de energia elétrica ("PSTEL") - CEMIG	Os valores são definidos pelo ONS a cada emissão do AVC	Até o término da concessão	N/A	Não Aplicável.

Não existem provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

R E F	Contratos e outras transações	Ativo		Receitas	
		31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
Transações com a Controladora					
1	Reembolso de despesas - TAESA	4.124	-	-	-
Transações com empresas ligadas					
2	Reembolso de despesas - Ananai	29	-	-	-
3	PSTEL - ATE III X CEMIG	696	731	8.505	8.855
		4.849	731	8.505	8.855

b) Passivos e despesas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção
Transações com a Controladora					
1	OCP x Outras despesas - Serviços de Operação e Manutenção – Taesa	R\$ 226 Valor mensal	04/12/2019 a 04/12/2024	Multa de 2% + mora de juros de 1% a.m./ Atualização anual pelo IGP-M.	O presente contrato foi rescindido e absorvido integralmente pelo contrato de O&M constituído em 01 de dezembro de 2021.
2	OCP x Outras despesas - Serviços de Operação e Manutenção (O&M) -Taesa	R\$ 95 Valor mensal	01/12/2021 a 01/12/2026	Multa de 2% + mora de juros de 1% a.m./ Atualização anual pelo IGP-M	O valor referido do contrato tem como data base janeiro de 2021.
3	OCP x Outras Despesas - Serviços de "back-office" - Taesa	R\$ 27 Valor mensal	13/06/2019 a 13/06/2024	Multa de 2% a. m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA.	O presente contrato foi rescindido e absorvido integralmente pelo contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos.
4	OCP x Outras Despesas – Compartilhamento de Infraestrutura e RH – TAESA	N/A	01/12/2021 a 01/12/2026	N/A	Os valores são definidos através do critério de rateio e alocação usa o ativo imobilizado da contratante como base. Caso ocorra variações consideráveis nos critérios de alocação, a contratante poderá solicitar a revisão através da formalização através do termo aditivo.
5	OCP x Obrigações - reembolso de despesas – TAESA	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.
Transações com empresa ligada					
6	OCP x Custo com pessoal - Previdência privada – Forluz	Investimento conforme opção do funcionário	19/03/2012 - término indeterminado (contrato Taesa).	Não houve.	Taxa de administração de 1% sobre o total das contribuições mensais. Para o exercício de 2022 definiu-se a taxa de administração de 0,30% (trinta centésimos por cento). A vigência do custeio dar-se-á a partir de 1º de abril de 2022.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

R E F	Contratos e outras transações	Passivo		Custos / Despesas	
		31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
Transações com a controladora					
1	Serviços de O&M - Taesa	-	-	-	3.028
2	Serviços de O&M - Taesa	104	104	1.244	104
3	Serviços de "back-office" - Taesa	-	-	-	321
4	Serviços de Compartilhamento de Infra. e RH - Taesa	463	570	6.165	570
5	Reembolso de despesas Taesa	-	45	-	-
Transações com empresa ligada					
7	Previdência privada Forluz - Custo	-	-	29	29
		567	719	7.438	4.052

II – Dividendos a pagar

Dividendos a pagar	31/12/2021	Adição	Pagamento	31/12/2022
Dividendos a pagar a Taesa	-	45.457	(45.457)	-

Aprovação de dividendos	Exercício de competência	Data de aprovação	Órgão de aprovação	Montante
Dividendos adicionais propostos	2021	29/04/2022	AGO	21.478
Dividendos intercalares	2022	27/07/2022	AGE	23.979
				45.457

III - Remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os administradores da Companhia abdicaram qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

12. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos cíveis e tributários.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia constituiu provisão para riscos cíveis e tributários, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. A Companhia possui depósitos judiciais relativos a estas ações no valor atualizado de R\$440, em 31 de dezembro de 2022 (R\$2.184 em 31 de dezembro de 2021).

	31/12/2021	Adições	Reversões	Atualização	31/12/2022
Cíveis	1.521	25	-	1.909	3.455
Tributários	18	-	(11)	(7)	-
	1.539	25	(11)	1.902	3.455

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2022, com base na opinião dos consultores jurídicos externos, o montante de causas com risco de perda classificados como possível era no valor atualizado de R\$ 17.271, referentes a contingências tributárias (R\$ 19.707 em 31 de dezembro de 2021) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. As principais causas são:

- Execução fiscal ajuizado para cobrança dos valores oriundos de suposto não recolhimento de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS diferencial de alíquotas no período de junho a outubro de 2007 no montante histórico de R\$ 3.845 e atualizado de R\$ 15.546. Atualmente, o feito encontra-se em trâmite perante o Superior Tribunal de Justiça.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social totalmente integralizado era de R\$ 303.500, representado por 303.500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Reservas de lucro – (a) Reserva legal - constituída à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e (b) Reserva de incentivo fiscal - a Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica no estado do Tocantins. Esses incentivos foram concedidos pela SUDAM e consistem na redução de 75% de imposto de renda sobre resultados apurados até o ano-base 2027.

Remuneração dos acionistas - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício - societário	2022	2021 (*)
Lucro líquido do exercício	63.176	95.191
Prejuízos acumulados	-	(3.155)
Lucro (prejuízo) líquido residual a destinar	63.176	92.036
- Reserva legal (5%)	(3.159)	(4.602)
- Reserva de incentivo fiscal	(13.052)	(19.206)
- Dividendos intercalares pagos	(23.979)	(46.750)
- Dividendos adicionais propostos	(22.986)	(21.478)

(*) A AGO de 29 de abril de 2022 ratificou a proposta de destinação do resultado do exercício de 2021.

14. CRÉDITO (DESPESA) DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2022	2021
Imposto de renda e contribuição social correntes	(13.666)	(7.194)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(8.333)	(5.270)
	(21.999)	(12.464)

Correntes - Calculados sobre o lucro líquido com base regime tributário do lucro real.

Diferidos - Registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil, incluindo-se os ajustes decorrentes das Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 12.973/14.

15. COBERTURAS DE SEGUROS

Tipo de Seguro	Seguradora	Vigência	Limite Máximo de Indenização	Danos Materiais - Valor em risco	Indenização integral	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral	Fator	20/09/22 a 19/09/23	10.000	-		3
Risco Operacional	Mapfre	30/11/22 a 31/05/24	-	99.000		318
Seguro Veículos - Frota	Tokyo Marine	06/03/23 a 05/03/24	-	-	100% Tabela FIPE	12
Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores	Ezze	19/09/22 a 18/09/23	60.000	-		5

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo do nosso auditor independente.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem os riscos de capital, de mercado (risco de taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

16.2. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações.

16.3. Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2022	31/12/2021
<u>Ativos financeiros</u>		
Valor justo por meio do resultado:		
- Equivalentes de caixa – aplicações financeiras	106.100	35.543
Custo amortizado:		
- Caixa e Bancos	42	111
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	13.566	13.524
	119.708	49.178
<u>Passivos financeiros</u>		
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:		
- Fornecedores	1.098	1.106
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	1.095	2.589
	2.193	3.695

16.4. Risco de mercado

16.4.1. Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia é atualizada mensalmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre aplicações financeiras, cujo risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros.

16.4.2. Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Índices	31/12/2022	Cenário provável em 31/12/2023
CDI (a)	12,39%	12,75%

(a) Divulgado pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Agregado), 03 de março de 2023 – Fonte Externa Independente.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2022	Efeito Provável no LAIR - 2023 - (redução)
Ativos financeiros – Equivalente de caixa – CDI	106.100	382

16.5. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e os usuários da rede, tem como finalidade garantir o recebimento dos valores devidos pelos usuários às Transmissoras, pelos serviços prestados. Ademais, o CUST institui mecanismos de proteção ao pagamento dos encargos pelos usuários, por meio da celebração do Contrato de Constituição de Garantia - CCG ou da Carta de Fiança Bancária - CFB. É através do CUST que é realizada a administração da cobrança e liquidação dos encargos de uso da transmissão e da execução do sistema de garantias, no qual o ONS atua em nome das concessionárias de transmissão. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) riscos diluídos, pois todos os usuários têm a obrigação de pagar a todos os transmissores; (ii) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

16.6. Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia está exposta, são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, está sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

Risco de contencioso - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

16.7. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos, (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços), e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

16.7.1. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021	Hierarquia do valor justo
Aplicações financeiras de curto prazo	4	106.100	35.543	Nível 2

17. LUCRO POR AÇÃO

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	79.832	84.093
Quantidade de ações ordinárias - em lotes de mil	303.500	303.500
Lucro por ação ordinária - básico e diluído	0,26304	0,27708

A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

18. RECEITA LÍQUIDA

Composição da receita líquida	2022	2021
Disponibilização do sistema de transmissão	156.921	146.993
Parcela variável	(672)	(1.768)
Receita bruta	156.249	145.225
PIS e COFINS Correntes	(14.312)	(13.614)
ICMS	-	(52)
Encargos setoriais ANEEL - Quota para RGR, P&D e TFSEE	(5.946)	(5.632)
Tributos e encargos	(20.258)	(19.298)
Receita líquida	135.991	125.927

19. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	2022	2021
- Remuneração direta	(6.428)	(2.081)
- Benefícios	(836)	(714)
- FGTS e INSS	(754)	(689)
Pessoal	(8.018)	(3.484)
Materiais	(255)	(317)
Serviços de terceiros	(4.488)	(5.657)
Depreciação e amortização	(21.667)	(21.644)
- Outros	(3.960)	(1.796)
Outros custos operacionais	(3.960)	(1.796)
Total custos e despesas	(38.388)	(32.898)

20. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2022	2021
Renda de aplicação financeira	8.213	2.607
Atualização monetária de depósitos judiciais	(1.744)	1.982
Outras receitas financeiras	419	198
Receitas financeiras	6.888	4.787
Atualização monetária de contingências	(1.902)	(789)
Outras despesas (receitas) financeiras, líquidas	(758)	(470)
Despesas Financeiras	(2.660)	(1.259)
	4.228	3.528

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

21. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

O Plano Taesaprev foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação na Previc publicada em Diário Oficial no dia 27 de março de 2012. Em 31 de dezembro de 2022, 92,85% (92,85% em 31 de dezembro de 2021) do quadro efetivo de empregados da Companhia participava do Plano Taesaprev.

A única obrigação da Companhia é realizar as contribuições de acordo com as regras do plano de previdência privada, que são liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), um dos controladores da Companhia.

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. Os valores de passivo, custos e despesas estão apresentados na nota explicativa nº 11 – Partes Relacionadas.

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

Compensação ambiental:

- Trecho Marabá-Carajás - Cumprida toda a compensação ambiental requerida, restando apenas o recebimento da quitação formal por parte da Secretaria de Meio Ambiente do Pará - SEMA-PA.
- Trecho Itacaiúnas-Colinas - Em 31 de dezembro de 2022, restava uma provisão de R\$384. Em janeiro de 2023, a compensação ambiental foi concluída.

Aspectos ambientais - A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Abaixo as licenças ambientais concedidas à Companhia:

Licenças ambientais					
Trecho	Licença para operação nº	Data de emissão	Vencimento	Outras informações	Órgão emissor
Itacaiúnas - Colinas	753/2008	17/06/2008	17/06/2012	Renovação solicitada ao IBAMA em 30/03/2012. Permanece válida até manifestação do IBAMA (Resolução CONAMA nº 237/97)	IBAMA
Marabá - Carajás	13722/2022	26/09/2022	25/09/2027	-	SEMAS/PA

Alteração na diretoria - Em 28 de dezembro de 2022, o Sr. Erik da Costa Breyer apresentou carta de renúncia ao cargo de Diretor Financeiro da Companhia, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Redução do capital social - Em 07 de fevereiro de 2023 a Companhia aprovou a redução de capital no valor de R\$103.269, passando o capital social de R\$303.500 para R\$200.231, representado por 200.230.661 ações ordinárias, conforme autorizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Pagamento de dividendos – Em 15 de março de 2023 a Companhia pagou o montante de R\$22.986 a título de dividendos intercalares, aprovados pela AGE de 17 de fevereiro 2023.

24. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras societárias e as práticas adotadas nas demonstrações contábeis regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão. A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

ATE III Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 07.002.685/0001-54

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Balço Patrimonial	Nota explicativa	31/12/2022			31/12/2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos							
<i>Ativos circulantes</i>							
Caixa e equivalentes de caixa		106.142	-	106.142	35.654	-	35.654
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		11.573	-	11.573	12.541	-	12.541
Ativo de contrato de concessão	(i)	-	75.443	75.443	-	102.073	102.073
Impostos e contribuições sociais correntes		2.954	-	2.954	4.464	-	4.464
Outras contas a receber		7.328	-	7.328	2.239	-	2.239
Outros ativos		3.985	-	3.985	4.020	-	4.020
Total dos ativos circulantes		131.982	75.443	207.425	58.918	102.073	160.991
<i>Ativos não circulantes</i>							
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		1.993	-	1.993	983	-	983
Ativo de contrato de concessão	(i)	-	384.080	384.080	-	409.964	409.964
Outras contas a receber		3.466	-	3.466	2.809	-	2.809
Depósitos judiciais		440	-	440	5.302	-	5.302
Direito de uso	(v)	-	80	80	-	307	307
Imobilizado	(iv)	427.895	(427.779)	116	448.945	(448.829)	116
Intangível	(iv)	4.687	(4.682)	5	4.657	(4.653)	4
Total dos ativos não circulantes		438.481	(48.301)	390.180	462.696	(43.211)	419.485
Total dos ativos		570.463	27.142	597.605	521.614	58.862	580.476

ATE III Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 07.002.685/0001-54

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Balço Patrimonial	Nota explicativa	31/12/2022			31/12/2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivos							
<i>Passivos circulantes</i>							
Fornecedores		1.098	-	1.098	1.106	-	1.106
Passivo de arrendamento	(v)	-	121	121	-	288	288
Impostos e contribuições sociais correntes		10.782	-	10.782	9.569	-	9.569
Taxas regulamentares		5.181	-	5.181	4.701	-	4.701
Outras contas a pagar		2.825	-	2.825	2.931	-	2.931
Total dos passivos circulantes		19.886	121	20.007	18.307	288	18.595
<i>Passivos não circulantes</i>							
<i>Passivo de arrendamento</i>		-	-	-	-	76	76
Impostos e contribuições sociais diferidos	(ii)	66.069	(3.618)	62.451	53.594	6.015	59.609
Tributos diferidos	(iii)	-	37.742	37.742	-	42.932	42.932
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis		3.455	-	3.455	1.539	-	1.539
Outras contas a pagar		1.095	-	1.095	2.589	-	2.589
Total dos passivos não circulantes		70.619	34.124	104.743	57.722	49.023	106.745
Total dos passivos		90.505	34.245	124.750	76.029	49.311	125.340
<i>Patrimônio líquido</i>							
Capital social		303.500	-	303.500	303.500	-	303.500
Reserva de lucros		146.369	-	146.369	130.158	-	130.158
Dividendos adicionais propostos		22.986	-	22.986	21.478	-	21.478
Prejuízos acumulados		7.103	(7.103)	-	(9.551)	9.551	-
Total do patrimônio líquido	(vi)	479.958	(7.103)	472.855	445.585	9.551	455.136
Total dos passivos e do patrimônio líquido		570.463	27.142	597.605	521.614	58.862	580.476

ATE III Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 07.002.685/0001-54

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração do Resultado do Exercício	Nota expli- cativa	2022			2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Disponibilização do sistema de transmissão		156.921	(156.921)	-	146.993	(146.993)	-
Operação e manutenção		-	47.176	47.176	-	42.949	42.949
Remuneração do ativo de contrato de concessão		-	35.072	35.072	-	36.604	36.604
Correção monetária do ativo de contrato de concessão		-	21.347	21.347	-	62.696	62.696
Implementação de infraestrutura		-	-	-	-	19	19
Outras receitas operacionais		-	-	832	-	-	-
Parcela variável		(672)	-	(672)	(1.768)	-	(1.768)
Receita bruta	(vii)	156.249	(53.326)	103.755	145.225	(4.725)	140.500
PIS e COFINS Corrente		(14.312)	-	(14.312)	(13.614)	-	(13.614)
PIS e COFINS Diferidos		-	5.214	5.214	-	(1.223)	(1.223)
ICMS		-	-	-	(52)	-	(52)
Quota para RGR, P&D, TFSEE		(5.946)	-	(5.946)	(5.632)	-	(5.632)
Tributos e encargos	(viii)	(20.258)	5.214	(15.044)	(19.298)	(1.223)	(20.521)
Receita operacional líquida		135.991	(48.112)	88.711	125.927	(5.948)	119.979
<i>Custos operacionais</i>							
Pessoal		(6.236)	-	(6.236)	(3.323)	-	(3.323)
Material		(255)	(668)	(923)	(317)	2.180	1.863
Serviços de terceiros		(3.191)	-	(3.191)	(4.819)	-	(4.819)
Depreciação e amortização		(21.665)	21.370	(295)	(21.643)	21.402	(241)
Outros custos operacionais		(1.338)	333	(1.005)	(1.132)	281	(851)
	(ix)	(32.685)	21.035	(11.650)	(31.234)	23.863	(7.371)
Lucro Bruto		103.306	(27.077)	77.061	94.693	17.915	112.608
<i>Despesas gerais e administrativas</i>							
Pessoal e administradores		(1.782)	-	(1.782)	(161)	-	(161)
Serviços de terceiros		(1.297)	-	(1.297)	(838)	-	(838)
Depreciação e amortização		(2)	-	(2)	(1)	-	(1)
Outras despesas operacionais		(2.622)	-	(2.622)	(664)	-	(664)
		(5.703)	-	(5.703)	(1.664)	-	(1.664)
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e dos impostos e contribuições		97.603	(27.077)	71.358	93.029	17.915	110.944
Receitas financeiras		6.888	-	6.888	4.787	-	4.787
Despesas financeiras	(v)	(2.660)	(20)	(2.680)	(1.259)	(37)	(1.296)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		4.228	(20)	4.208	3.528	(37)	3.491
Lucro antes dos impostos e contribuições		101.831	(27.097)	75.566	96.557	17.878	114.435
Imposto de renda e contribuição social correntes		(13.666)	-	(13.666)	(7.194)	-	(7.194)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(x)	(8.333)	9.609	1.276	(5.270)	(6.780)	(12.050)
Imposto de renda e contribuição social		(21.999)	9.609	(12.390)	(12.464)	(6.780)	(19.244)
Lucro líquido do exercício	(xii)	79.832	(17.488)	63.176	84.093	11.098	95.191

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

(i) Ativo de contrato de concessão

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação de infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão – Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação definido para cada contrato de concessão.

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

(ii) Impostos e contribuições sociais diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i) e (v), os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 e CPC 06 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL diferidos.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

(iii) Tributos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

(iv) Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato de concessão (CPC 47), vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível. As premissas específicas para o ativo imobilizado/intangível regulatório são: (i) Garantir que o ativo imobilizado/intangível não seja afetado pelo CPC 47; e (ii) Que os ativos estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL. Como a Companhia não está sujeita à revisão tarifária os valores considerados são os custos históricos

(v) Direito de uso e passivo de arrendamento

O CPC 06 (R2) foi incorporado pelo MCSE para demonstrações contábeis regulatórias a partir de 01 de janeiro de 2022, porém a administração optou por não adotar os efeitos do CPC 06(R2) por considerar que os custos para tal superam os benefícios ao leitor, isso diante da imaterialidade dos saldos de arrendamento não vinculados a concessão, conforme conciliação demonstrada no item (vi).

(vi) Patrimônio líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente dos efeitos das aplicações do CPC 47 líquido de impostos, e pela não adoção do CPC 06 (R2), incorporado pelo MCSE a partir de janeiro 2022, reconhecido para fins societários e não considerado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido societário	472.855	455.136
Ativo de contrato de concessão (CPC 47)	(459.523)	(512.037)
Direito de uso (CPC 06 (R2))	(80)	(307)
Imobilizado e intangível (CPC 47)	432.461	453.482
Passivo de arrendamento (CPC 06 (R2))	121	364
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47)	(3.618)	6.015
Tributos diferidos (CPC 47)	37.742	42.932
Patrimônio líquido regulatório	479.958	445.585

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

(vii) Receita bruta

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização, remuneração do ativo de contrato de concessão, correção monetária do ativo de contrato de concessão, decorrentes das aplicações do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão, na fase de operação e os efeitos do CPC 47 são desconsiderados.

(viii) Tributos e encargos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

(ix) Custos operacionais

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo o custo de construção e os gastos de melhoria registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material", quando aplicável. Para fins regulatórios, esses gastos de melhoria, que não possuem RAP adicional, são capitalizados e registrados como ativo imobilizado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, quando aplicável.

As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado e/ou intangível, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

(x) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, IR e CSLL diferidos.

(xi) Despesas Financeiras

Conforme item (v), os efeitos do CPC 06 (R2) não foram aplicados na contabilidade regulatória.

(xii) Lucro líquido do exercício

Conciliação do lucro societário e regulatório	2022	2021
Lucro societário do exercício	63.176	95.191
Receita bruta (CPC 47)	53.326	4.725
Tributos e encargos - PIS e COFINS (CPC 47)	(5.214)	1.223
Depreciação e amortização (CPC 47)	(21.370)	(21.402)
Arrendamentos de Veículos (Leasing) (CPC 06 (R2))	(333)	(281)
Custos operacionais - Materiais (CPC 47)	668	(2.180)
Despesa financeira - Arrendamento (CPC 06 (R2))	20	37
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47)	(9.609)	6.780
Lucro regulatório do exercício	79.832	84.093

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios decorre dos efeitos das aplicações do CPC 47, líquido de impostos, e pela não adoção do CPC 06 (R2), incorporado pelo MCSE a partir de janeiro 2022, reconhecido para fins societários e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Diretoria	
Nome	Cargo
André Augusto Telles Moreira	Diretor Presidente
Vago	Diretor Financeiro
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Técnico
André Augusto Telles Moreira	Diretor Jurídico e Regulatório
Fábio Antunes Fernandes	Diretor de Negócios
Luis Alessandro Alves	Diretor de Implantação

Wagner Rocha Dias
Contador CRC RJ-112158/O-3
CPF nº 778.993.777-49